

Rumo à Construção de uma Agenda de Investigação 'Género e Ambiente' em Portugal

Towards the Construction of a Research Agenda 'Gender and Environment' in Portugal

Margarida Queirós

Universidade de Lisboa

margaridav@campus.ul.pt

Resumo

O género é manifestamente importante nos assuntos ambientais, porém, o debate para estabelecer uma ligação entre género e ambiente é mais recentemente, o desenvolvimento sustentável está longe de terminado. O objectivo deste artigo é pois, o de apresentar uma reflexão sobre as relações de género nos domínios que se articulam, mais estreitamente, com o ambiente em Portugal e, deste modo, contribuir para encetar um debate académico e a criar futuros contextos mais favoráveis à dimensão de género na gestão do território e na governança ambiental. A metodologia da pesquisa centrou-se na análise documental e em entrevistas a actores públicos com relevância e actuação em matéria ambiental no território português.

Palavras-Chave: Género; Ambiente; Políticas; Actores; Portugal.

Abstract

Gender is important in environmental issues, nevertheless, the debate about the connections between gender and environment, and more recently sustainable development, is not yet finished. The main goal of this paper is to do a reflection about the relationships of gender with environmental domains in Portugal, and therefore, to contribute to the development of the scientific debate in Portugal and to the design of future policy contexts more favourable to the gender dimensions in spatial planning and environmental management. The methodology of the research focused on the documental analysis and in interviews to public stakeholders with a relevant action in the environment.

Keywords: Gender; Environment; Policies; Actors; Portugal.



Introdução

O género é reconhecidamente importante nos assuntos ambientais, porém, o debate para estabelecer um nexo entre género e ambiente é mais recentemente, o desenvolvimento sustentável tem sido alterado sobretudo de abordagens mais essencialistas para outras mais construtivistas (PULEO, 2004; NIGHTINGALE, 2006). Independentemente da perspectiva, importa compreender até que ponto as vivências do feminino e do masculino influem nos interesses e na relação com os temas ambientais e desse conhecimento retirar ilações para uma melhor gestão do território e governança ambiental.

Nos últimos anos a preocupação das autoridades públicas portuguesas sobre a relação do género com o ambiente e o desenvolvimento de políticas públicas afins, deriva sobretudo de orientações de política europeia que têm subvencionado uma série de publicações e legislado sobre o tema. Este cuidado parte mormente da preocupação de como a mulher está ou não inserida no processo de desenvolvimento, o seu papel e as suas funções, sendo que na União Europeia as diferenças de género sejam atenuadas ou diferenciadas, quando comparadas com outras economias, em particular as em desenvolvimento.

É esse efeito de alavanca da União Europeia e dos compromissos assumidos da participação em organizações internacionais que tem estimulado o interesse das entidades públicas nacionais na promoção de orientações que servem como eixos para o apoio de programas e projectos na área, fortalecendo o papel da mulher na família e na sociedade em que se insere. Apesar de trazer uma discussão sobre questões críticas para o debate contemporâneo, este domínio de investigação e de discussão teórica na comunidade científica portuguesa é inexistente. Na grande parte dos casos, a abordagem das questões que relacionam o género e o ambiente tem sido da iniciativa de grupos de base e organizações não governamentais nomeadamente para resolver problemas do quotidiano.

Em síntese, apresenta-se neste artigo: I) um resumo de estudos decorrentes de pesquisas internacionais que procuram evidenciar diferença de género na relação com o ambiente; II) uma experiência realizada em Portugal que procura estabelecer este tipo de relação e III) uma reflexão sobre a inexistência de um debate científico alargado sobre as relações de género nos domínios que se articulam mais estreitamente com o ambiente nas políticas públicas em Portugal, e assim contribuir para estimular o debate na academia e na sociedade civil.

A metodologia da pesquisa que serviu de base a essa reflexão, desenvolveu-se em duas etapas: a primeira, centrou-se na análise do quadro institucional e documental das políticas públicas, procurando estimar até que ponto este tema se informa e contribui para o sucesso das mesmas; na segunda etapa, a pesquisa centrou-se ao nível da acção dos actores públicos locais com relevância e actuação em matéria ambiental e territorial, tendo-se para tal recorrido a entrevistas.

Finaliza-se este artigo, explorando as sensibilidades detectadas que, de certa forma, permitem afirmar que revelam

atitudes para com o ambiente, de acordo com a perspectiva de género. Elas constituem efectivamente um estímulo para a incorporação da dimensão de género nos domínios das políticas do ambiente e desenvolvimento sustentável e, deste modo, a criação de futuros contextos mais sensíveis a políticas e estratégias, programas e planos à escala nacional, regional e local, e encetar o debate na comunidade científica portuguesa.

Género e Ambiente, Ecofeminismo e Poder

O ambiente afirmou-se como um tema central no enfoque político, económico, social e ético nos últimos 50 anos e o seu interesse decorre da crescente tomada de consciência da seriedade dos problemas ambientais. Até aos anos 60, os domínios ambientais eram uma área de investigação das ciências naturais e, vinte anos depois, compreendeu-se que o nexo causal das relações entre os humanos e o ambiente era profundo e complexo, argumentando-se, em muitas das pesquisas científicas, que a crise ambiental afectaria mais as mulheres do que os homens (CEG/FLUL, 2008).

Na última década, aumentou consideravelmente a consciência da exaustão dos recursos, da degradação dos sistemas naturais e dos perigos das substâncias poluentes, decorrentes da actividade humana. As alterações climáticas e os fenómenos extremos, os ciclones, sismos, tsunamis e outras catástrofes naturais, contribuem também para a percepção da degradação do ambiente e aumento dos níveis de pobreza, sobretudo das mulheres (BARBOSA, 2005). Estas condições, de crescente deterioração, estão a destruir ecossistemas frágeis, a enfraquecer e desviar as comunidades e em particular as mulheres das actividades produtivas, agravando, simultânea e consideravelmente, situações de trabalho não remunerado e representando uma ameaça para um ambiente seguro.

Existe, hoje, uma vasta literatura internacional que tem apontado para o facto dos assuntos ambientais não serem neutros do ponto de vista de género. Com efeito, nos anos 90 a IV Conferência Mundial das Mulheres, em Beijing, identifica o ambiente como uma das doze áreas críticas para as mulheres. Afirma-se então, que as políticas globais para as alterações climáticas, biodiversidade e a desertificação não têm sido muito bem sucedidas na integração e implementação do género como tema transversal e crucial para o sucesso destas políticas.

Nos primeiros anos de 2000, a Declaração do Milénio prometeu a igualdade e o empoderamento das mulheres como formas efectivas de combater a pobreza, a fome e a doença, capazes de estimular o desenvolvimento sustentável. Exemplos inspiradores dessa luta são as acções levadas a cabo pelas ONG especializadas em assuntos género-ambiente como a WEDO, WECF, ENERGIA, Gender & Water Alliance. Argumentando que ignorar a dimensão do género distorce a compreensão dos impactos humanos no ambiente, entidades deste tipo baseiam-se em estudos que procuram conhecer as relações das mulheres e dos homens com o ambiente e como aquelas têm um papel importante no desenvolvimento de soluções para um uso mais sustentável dos recursos naturais (PRB, 2001).

De acordo com Rico (1998), existem dois grandes

grupos de orientações nos estudos que procuram encontrar relações entre o género e o ambiente, que por si também reflectem uma evolução temporal das tendências de pensamento: ecofeminismo e género e desenvolvimento sustentável. A abordagem ecofeminista que desde a década de 70 do séc. XX difunde a ideia de que há uma afinidade especial entre as mulheres e a natureza, nascida de uma relação, quer pacífica, quer espiritual, derivada das suas características biológicas que lhes facultam um conhecimento especial sobre a natureza, daí derivando a sua propensão e voluntarismo para proteger o ambiente. Essa visão acentua o potencial papel das mulheres como protectoras e gestoras dos recursos naturais, o que tem levado à defesa da inclusão da mulher nos programas de políticas e estratégias ambientais.

O ecofeminismo evoluiu de acordo com diferentes tendências e, mais recentemente, o ecofeminismo construtivista sustenta que a relação das mulheres com a natureza não está associada a características inerentes do sexo feminino, resulta das suas responsabilidades na economia familiar, geradas, entre outros factores, pela divisão social do trabalho, distribuição do poder e da propriedade (PULEO, 2004; ANGELIN, s.d.). Com efeito, multiplicam-se pesquisas, na sua grande maioria apoiadas por ONG internacionais que procuram demonstrar que as mulheres pobres são as maiores vítimas da crise ambiental, pois são as primeiras a sentirem o reflexo da diminuição da qualidade de vida causada pela poluição ou escassez dos recursos naturais e que a sua condição social e mesmo o contexto cultural acentua esta situação.

Esta evolução na pesquisa, sobretudo na década de 90, conduziu a uma abordagem mais centrada no género, ambiente e desenvolvimento sustentável que mantém que o relacionamento das mulheres e homens com o ambiente se expressa através da divisão do trabalho por sexo, e da desigualdade no acesso aos recursos produtivos e nas limitações na participação nos processos de decisão e em várias formas de poder público, repercutindo-se estas desigualdades não exclusivamente nos domínios ambientais mas também alargando-se à esfera do desenvolvimento sustentável (LEACH, 1992; WESTERMANN et. al., 2005; NIGHTINGALE, 2006).

Essa reorientação na investigação produz uma profunda transformação na forma como o objecto de estudo é delimitado, pois o cerne da discussão não se coloca exclusivamente sobre as "mulheres", mas nas relações sociais que estabelecem e o sistema de poder no qual estão incorporadas.

O ecofeminismo que predominava em orientações anteriores é alargado por argumentações a favor da identificação das diferenças que existem entre mulheres e homens, através da ênfase da natureza social, cultural e histórica dos processos de subordinação em que as mulheres estão envolvidas.

Nessa perspectiva, a relação entre a mulher e a natureza é frequentemente abordada em termos de feminização da pobreza, sobretudo em meio rural.

Actualmente as discussões sobre o género, ambiente e desenvolvimento sustentável são alimentadas por problemas como a desflorestação, desertificação, escassez crescente de combustíveis e de água potável, que em certas partes do mundo constituem riscos acrescidos que afectam essencial-

mente as mulheres e reforçam a sua pobreza (CEG/FLUL, 2008). Os esforços da comunidade internacional para recuperar o ambiente deteriorado têm conduzido ao debate sobre o ambientalismo e o activismo convidando os países em desenvolvimento e os desenvolvidos a reflectirem em conjunto sobre as relações de género e o ambiente, atendendo sobretudo ao papel das mulheres nos assuntos ambientais, bem como sobre os traços culturais das comunidades que beneficiam a sustentabilidade.

Relação Género e Ambiente: Casos de Estudo

Nesse ponto, evidenciam-se as relações de género em contextos territoriais concretos, tendo em linha de conta a economia política do desenvolvimento e o modo como esta influencia o 'sistema género-ambiente', dando particular atenção ao modo como os danos ambientais afectam sobretudo as mulheres em territórios pobres. Neles, o papel da mulher é um factor-chave nos processos que são reconhecidos como agentes de intermediação na relação entre o desenvolvimento sustentável e o ambiente, tal como o são o crescimento populacional, migrações, organização familiar do trabalho, padrões de produção e consumo e desigual distribuição do poder económico, político e tecnológico (CEG/FLUL, 2008).

Diversos autores notam que as mulheres pobres são mais vulneráveis, pois o seu desempenho no seio familiar (divisão do trabalho doméstico) as faz responsáveis pelo aprovisionamento de água, madeira e alimentos (enquanto as operações relacionadas com transacções e comércio são realizadas por homens), colocando-as mais directamente dependentes no seu quotidiano dos recursos primários, essenciais à sobrevivência do lar, bem como mais vulneráveis aos efeitos da degradação da natureza (LEACH, 1992; SAHAI, 2004; PRB, 2001; SAWYER, 2003).

Outros estudos chamam a atenção para as diferentes qualidades e tipos de capital social das mulheres e homens, no que respeita às suas redes de relação. Por exemplo, as mulheres têm relações mais informais e de amizade do que os homens, que tendem a relacionar-se em redes mais formais; outros sugerem que as mulheres exibem um comportamento mais colaborativo do que os homens, devido a um maior altruísmo e interdependência, o que diferencia comportamentos e atitudes em relação à protecção da natureza (WESTERMANN et. al., 2005; DANKELMAN, s.d.).

Certos autores (AGARWAL, 1992) apontam para as relações de poder entre os sexos, através do controle dos meios de produção, acesso ao crédito, à tecnologia, à educação, ao status, como factores distintivos em que a posição da mulher é enfraquecida na sociedade e na determinação das relações humanas com o ambiente físico.

Quer isso dizer que os contextos (cultural, histórico, económico, político e social) indiciam como os homens e as mulheres enfrentam diferentes desafios relacionados com o ambiente, de acordo com as responsabilidades, relações, papéis, oportunidades e constrangimentos. É daí resultante que as políticas, programas e projectos, ambientais falhem sistematicamente em reconhecer as necessidades particulares das mulheres e dos homens e a sua contribuição específica para

a utilização sustentável dos recursos naturais (AGUILAR, 2006).

Seniloli, Taylor e Fulivai (2002) demonstram para diversas ilhas do Pacífico que a posição e atitudes das mulheres e homens são um reflexo da divisão do trabalho por sexo, que os papéis desempenhados por mulheres e homens se alteram com o desenvolvimento económico. Por exemplo, nas Ilhas Tonga e Vava'u, os homens são tradicionalmente responsáveis pela agricultura e actividades de comércio e as mulheres são encarregadas das tarefas domésticas, artesanato e agricultura de subsistência familiar. Em Vava'u os serviços prestados à agricultura favorecem os homens que são os possuidores legítimos das terras e que preferem negociar entre si, o que raramente acontece com as mulheres. Políticas de incentivo à incorporação das mulheres de Vava'u na cultura de baunilha resultaram na redefinição do seu papel na economia local, hoje estão inseridas no processo de produção sazonal da baunilha, dedicando-se a tarefas que vão desde a polinização das flores, tratamento das vagens e venda do produto nos mercados locais. Fortalecendo a sua posição económica e social, já que este trabalho adicional é pago, foi-lhes facilitado acesso ao crédito e assim consolidado o seu rendimento e autonomia (SENILOLI et. al., 2002).

O combate à desflorestação, à perda da biodiversidade e à desertificação pode ser mais eficaz olhando para diferentes conhecimentos associados ao género. Estudos diversos, aplicados sobretudo à África e Ásia, mostram que o resultado será um desenvolvimento mais equitativo e sustentável, baseado na participação igual, no conhecimento pleno dos recursos naturais locais e assente em factores ecológicos e socioculturais (CEG/FLUL, 2008).

Estudos realizados na Costa do Marfim demonstram que o tempo gasto em tarefas quotidianas pelos homens e mulheres exprime diferentes responsabilidades: as mulheres trabalham dentro e fora da casa, os homens quase exclusivamente fora de casa. Neste caso, Sahai (2004) conclui que as mulheres tendem a desempenhar um papel de liderança na conservação das terras aráveis e outros recursos naturais e os homens convertem estes bens em moeda. As mulheres são tradicionalmente cuidadas com a preservação genética das espécies agrícolas pelo que, o seu conhecimento das condições vegetativas e reprodutivas das plantas é uma base essencial para planear o futuro, num quadro de diversidade dos ecossistemas em que vivem (SAHAI, 2004).

Pesquisas diversas revelam que as mulheres detêm conhecimentos específicos, por exemplo, acerca de plantas medicinais, como acontece no vale de Kanak no Paquistão, onde mulheres de comunidades rurais identificaram 35 plantas medicinais usadas frequentemente e cuja produção não é controlada pelos homens (DANKELMAN, s.d.). Nesta linha de investigação, Aguilar (2006) refere um estudo efectuado na Serra Leoa, onde as mulheres conseguiram descrever trinta e uma utilizações diferentes de plantas, porém os homens enumeraram oito usos diferentes, demonstrando como homens e mulheres detêm conhecimentos diversos sobre os recursos biológicos. No Brasil, pesquisas etno-botânicas conduzidas no Parque Nacional de Jaú concluíram que as mulheres detêm diferentes conhecimentos sobre as propriedades das espécies

locais, enquanto os tradicionais 'homens da medicina' conheciam outras (RODRIGUES e CARLINI, 2003).

Em alguns países, como a Ucrânia, Rússia, México e Bangladesh, as mulheres têm sido pró-activas no planeamento de água potável. Juntaram-se em grupos e cooperativas para mobilizar as comunidades e os recursos para resolver problemas urgentes em áreas industriais e conservar e proteger as suas fontes de água potável (SASS, 2002).

Os recursos do solo e a água formam a base dos sistemas agrícolas e biológicos, a sua preservação é crucial à produção alimentar e à protecção da biodiversidade. Por isso, conhecimentos, técnicas e prioridades das comunidades locais, devem ser estudados com atenção, no sentido de uma aprendizagem para projectar o desenvolvimento sustentável e garantir uma participação equitativa de mulheres e homens nos processos de planeamento e de tomada de decisão. Veja-se, o caso de mulheres no Irã que revelaram conhecimentos sofisticados em tecnologias para produção agrícola, como a produção alimentar em túneis, construídos debaixo do deserto de Yazd (DANKELMAN, s.d.).

Agüera-Cabo (2006) argumenta em favor de uma abertura às perspectivas feministas e de género por constituir uma reiteração sobre a forma como as questões ambientais devem ser apreendidas e resolvidas. Como referido anteriormente, nas últimas décadas os problemas ambientais tiveram repercussões socioeconómicas e uma complexidade crescente, tendo os domínios ambientais entrado por esta via na agenda política. Esses problemas conectam-se profundamente com a consciência social acrescida sobre a segurança, a saúde pública e a qualidade de vida, relação muito explorada por Ulrich Beck (1992; 2000). Ora, é precisamente esta conexão que Agüera-Cabo entre outros autores (cf. ROCHELEAU et al., 1996) apresenta, mostrando que as formas tradicionais de encarar os problemas da gestão ambiental e de os resolver na sociedade de risco têm limites. Os problemas ambientais, as opiniões, os valores e as respostas e são hoje tão complexos e diversos que uma única abordagem não legitima a actuação dos poderes públicos. Em contrapartida os referidos autores propõem uma actuação transparente e integradora da diversidade de saberes, de valores e de perspectivas sobre o ambiente nomeadamente, através de processos participativos.

Estes são alguns dos exemplos de múltiplos estudos que procuram relacionar diferentes interacções de mulheres e homens com o ambiente e o desenvolvimento, que se apresentam com distintas oportunidades, até porque mulheres e homens assumem papéis diferentes na família, na comunidade e no trabalho, e são fonte de tipos de conhecimento diversificados em assuntos de gestão e protecção ambiental (CEG/FLUL, 2008).

Naturalmente, a grande maioria das pesquisas empíricas apresentadas sobre essas temáticas incide sobre as realidades dos países em vias de desenvolvimento e as experiências relatadas incidem frequentemente sobre países Asiáticos, Africanos e da América Latina, pelo que é pertinente questionar como se processam estas relações em países europeus, como Portugal. O ponto seguinte trata desta questão, já que tem como propósito apresentar um conjunto de reflexões proporcionadas pela análise de textos referentes às políticas públicas

em Portugal dirigidas à análise das relações 'género e ambiente'.

Dimensões de Género nas Políticas Ambientais em Portugal

Não se pode afirmar que em Portugal haja uma reflexão científica sobre as noções de género e o poder, como se relacionam entre si e afectam os processos ambientais e de que forma afectam o acesso aos recursos. Nesse campo a produção científica portuguesa é, no mínimo, escassa.

De igual modo, o conhecimento sobre o papel do género na política ambiental e activismo e como este afecta o entendimento e abordagem à natureza e ao ambiente é incipiente. Em suma, não existe uma tradição de estudos científicos, teóricos e/ou empíricos, uma escola de pensamento que se debruce sobre o tema.

No plano político, muito recentemente foram dados indícios claros de preocupação com a associação entre a perspectiva de género e o ambiente. Em 2007 na agenda política nacional emergem dois documentos que a explicitam, o III Plano Nacional para a Igualdade — Cidadania e Género 2007-2010 (III PNI) e a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS). No III PNI (que decorre da Resolução de Conselho de Ministros n.º.82/2007, de 22 de Junho), uma das áreas estratégicas de intervenção promove como domínio político 'o ambiente e território', e nele, o objectivo prioritário de integrar a dimensão de género nas políticas de planeamento urbano e de desenvolvimento do território.

Ora a valorização do contributo das mulheres e dos homens no domínio ambiental e na conservação do património, constitui um tema inovador e estimula uma abordagem promotora da articulação horizontal entre domínios de política pública e a dimensão de género. Uma das medidas de um dos objectivos prioritários promove o incentivo ao envolvimento das mulheres nas actividades ligadas à conservação da natureza e biodiversidade; em sentido estrito. No entanto, uma leitura mais alargada do III PNI permite entender que se trata de um tema extensível às esferas do desenvolvimento rural e pescas, das actividades ligadas à agricultura e silvicultura, bem como, ao quotidiano urbano.

Uma das consequências do III PNI foi a elaboração de um Estudo de Diagnóstico e Criação de Indicadores de Género na Área do Ambiente e Território, bem como de um Guia para o Mainstreaming de Género em 2008 (CEG/FLUL, 2008). O referido Diagnóstico é pioneiro em Portugal, pois dá a conhecer o estado da arte sobre as relações de género nos domínios do ambiente (conservação da natureza e da biodiversidade, utilização dos recursos energéticos, alterações climáticas, floresta, agricultura e pescas e na vulnerabilidade aos riscos ambientais) e do território (com forte incidência nas mobilidades e transportes) em Portugal, bem como recomenda a utilização de um conjunto de indicadores que permitem conhecer a situação específica da igualdade de género em Portugal nos referidos domínios. A partir desse estudo foi produzido um Guia para o mainstreaming de género nos domínios do ambiente e do território, também precursor em Portugal.

O guia dirige-se aos órgãos da administração central (ministérios), da administração local (autarquias) e outras organizações que procurem avançar com o mainstreaming de género no seu seio e nas suas políticas, programas, projectos e acções, em particular nos domínios do 'ambiente e do território'.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 20 de Agosto, aprova a ENDS. Este documento centrado na estratégia de desenvolvimento sustentável para o país, dá relevo à igualdade de género num dos objectivos (mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social), onde se defende uma sociedade mais justa, saudável e uma coesão social baseada num forte sentido de iniciativa e de responsabilidade das pessoas e organizações. Defende a referida estratégia que, para uma sociedade mais coesa, será necessário que se consolide a igualdade entre mulheres e homens enquanto eixo de modernidade e de desenvolvimento, promovendo a centralidade e a transversalidade das políticas para a igualdade de género em todas as áreas da governação nas quais se insere o desenvolvimento sustentável.

Em 2004, o Instituto Nacional de Estatística disponibilizou uma base de dados nacional contendo indicadores desagregados por sexo desde 1990, uma iniciativa em parceria com a então designada Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM, actualmente CIG) e pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE). Esta base de dados, que integra cerca de 100 indicadores de género, abrangendo as áreas temáticas da população, família, actividade, emprego e desemprego, educação e formação, conciliação trabalho/vida familiar, decisão, saúde e crime/violência não inclui indicadores que abarquem a temática do ambiente.

Em suma, a quase inexistência de debate científico nacional, os incipientes enquadramentos de política (seja em programas de política ou em planos) e as ausentes estatísticas nacionais sobre o nexo 'género e ambiente' em Portugal, explicam a necessidade de recurso a uma análise empírica da questão.

Alguns exemplos

No sentido de ilustrar o panorama nacional, procuraram-se situações que pudessem dar algumas pistas sobre se de facto haveria diferenciação de género relacionada com o tema ambiental em Portugal.

Uma primeira pesquisa foi efectuada ao nível do quadro das profissões tuteladas pelo ministério do ambiente (MAOTDR). A profissão de vigilante da natureza (da responsabilidade das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, um órgão desconcentrado da administração central para as regiões portuguesas, NUTS II) é muito explicitamente uma ocupação com uma esmagadora representação do sexo masculino (por exemplo, na Região de Lisboa e Vale do Tejo, 11 homens e 3 mulheres e, no Alentejo, 31 e 2, respectivamente). Se a abordagem centrar-se nos vigilantes da natureza, do Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB), o panorama não é diferente, pois em cada 100 funcionários, 17 são do sexo feminino (em 2007, dos 149 funcionários, 124 eram homens e 25 mulheres) (CEG/FLUL,

2008).

Uma pesquisa semelhante, mas no contexto do activismo ambiental, de acordo com o 'retrato social' de Portugal na década de 90 (INE, 2003), o número de associados das Organizações não Governamentais de Ambiente (ONGA) por cada 1000 habitantes estabilizou desde 1998, situando-se nos 15 membros em 2001. No que respeita à sua liderança, os dados do MAOTDR revelam que em 2008, as direcções das ONG para o ambiente estão significativamente associadas a uma sobre-representação do sexo masculino (num total para o País de 141 presidentes homens e 23 presidentes mulheres) (CEG/FLUL, 2008).

Outro tipo de busca dirigiu-se a actividades ligadas à protecção ambiental e neste caso seria particularmente interessante conhecer as iniciativas dos agricultore(a)s ligadas à manutenção da actividade agrícola em áreas de montanha e outras desfavorecidas, como os modos de produção agrícola ambientalmente sustentáveis, agricultura biológica, actividades relacionadas com a conservação e melhoramento de recursos genéticos, protecção da biodiversidade doméstica, acções de protecção dos solos, etc. (iniciativas incluídas nas medidas agro-ambientais e silvo-ambientais do ministério da agricultura, MADRP). No entanto, o número de mulheres e homens que em Portugal se dedicam a essas actividades não está amplamente difundido, nem as iniciativas apoiadas pelos diversos programas do MADRP constantes nos respectivos relatórios de execução são divulgadas.

Igualmente, o número de indivíduos que praticam actividades associadas ao aproveitamento das potencialidades do espaço florestal, particularmente associado aos sistemas multifuncionais, constituindo estas, um eixo importante para o ambiente e o desenvolvimento sustentável, sobretudo dos territórios rurais de maior interioridade, por exemplo, a melhoria produtiva dos povoamentos florestais ou a produção de cogumelos silvestres, plantas aromáticas, condimentares e medicinais e/ou frutos silvestres, etc. não são divulgadas discriminados por sexo, nem ao nível nacional nem regional (CEG/FLUL, 2008). E no que respeita ao sector das pescas, o papel das mulheres passa quase despercebido.

Não é claro que os apoios conhecidos dos fundos comunitários, das linhas de crédito e das seguradoras para a agricultura, silvicultura e pescas discriminem positivamente o sexo feminino, e não são publicamente difundidas propostas dirigidas especificamente às mulheres envolvidas nestes sectores.

Em síntese, esses exemplos deixam perceber que em Portugal, os números associados a essas actividades das mulheres na agricultura, florestas e afins, se são conhecidos não estão divulgados de uma forma sistemática e continuada, e quando existem, raramente estão desagregados territorialmente a uma escala infra-nacional.

Resta ainda referir, que muito recentemente começaram a surgir instrumentos de planeamento estratégico, os Planos Municipais para a Igualdade de Género da iniciativa de alguns municípios do Continente, nos quais as ONG locais têm participação. Porém, as estratégias de desenvolvimento local definidas incidem sobretudo em temas como a solidariedade social, educação, emprego, saúde, política, etc.

(CEG/FLUL, 2008). Para esses assuntos são identificadas fragilidades e oportunidades, anunciam-se objectivos estratégicos e projectos, em matéria de igualdade de género, no entanto, o 'ambiente' está ausente nestas reflexões.

Relações no feminino e no masculino com o ambiente em Portugal

Dada a escassez de informação oficial e de investigação que permitissem, directa ou indirectamente, argumentar sobre a relação entre o género e o ambiente, optou-se por encetar uma pesquisa empírica sobre a possibilidade de relações específicas que se estabelecessem entre as pessoas do sexo feminino e masculino e o ambiente. Procurou-se, por isso saber se existiriam diferenças assumidas nas experiências de vida por se ter nascido do sexo feminino ou masculino, relatadas por pessoas com responsabilidade ou funções na área do ordenamento ambiente, do território e que, apesar da sua vivência pessoal, procuraram transmitir a experiência e o conhecimento que os respectivos cargos que ocupam lhes deram.

Esse foi um ponto de partida para um estudo de género e ambiente, partindo de entrevistas 'face-a-face', qualitativas e estruturadas de acordo com um conjunto de questões abertas, procurando respeitar a riqueza de pensamento das pessoas inquiridas, evitando assim a ideia de manipulação. Uma leitura da transcrição textual foi feita de acordo com o conteúdo da resposta, e aspectos desse conteúdo, procurando estabelecer um quadro de referência que revelassem todas as facetas do problema que por vezes não se revelam inicialmente.

As pessoas entrevistadas pertencem a organizações não governamentais portuguesas que orientam o seu trabalho para o ambiente, para as causas femininas e outras que trabalham directamente com a gestão do território (procurou-se que as mulheres e homens entrevistados cobrissem de forma equitativa todas as regiões do país). Em todos os casos já tinham experiência de trabalho elaborado sobre as questões de género e haviam estabelecido num passado longínquo ou próximo protocolos de colaboração com a Comissão para a Igualdade de Género (CIG). Essas pessoas que se predisuseram a ser entrevistadas, representam instituições, ocupam cargos de responsabilidade, têm conhecimento proveniente das posições que ocupam, de situações sensíveis e precárias, pelo que as razões de sigilo profissional e académico obrigam a que os seus nomes não sejam aqui revelados.

Os questionários continham um conjunto de questões sobre a possibilidade de diferenciação entre os sexos relativas a experiências vividas e conhecidas de quotidianos e territórios em domínios ambientais (como, água, floresta, natureza, biodiversidade, riscos, agricultura e afins). Como seria de esperar, esses temas relacionam-se entre si e com outros domínios, como a situação perante o trabalho, o estatuto social, o nível de instrução, a idade, etc. Procurou-se, na colocação das perguntas, que estas não se associassem a uma determinada ideologia ou a uma certa concepção de sociedade, pelo que se diligenciou para que as perguntas fossem sempre relativas aos dois sexos.

Não caberia aqui fazer uma quantificação dos resul-



tados das categorias de codificação e do tratamento estatístico elaborados. Optou-se por apresentar um pequeno conjunto seleccionado de respostas obtidas, consideradas expressivas no que respeita ao vocabulário utilizado e aos traços de causalidade de género-ambiente identificados.

O mosaico de ideias captadas é muito eloquente, permitindo afirmar que os argumentos apresentam uma clara dimensão de género, porque fazem alusão à maneira como as problemáticas ambientais têm efeitos sobre a vida quotidiana das mulheres e dos homens. Por exemplo, a divisão do trabalho por sexo que domina a sociedade portuguesa implica que as mulheres tenham responsabilidades acrescidas na família e no lar, enquanto os homens na vida social:

Promovemos todos os anos uma série de actividades e há coisas que são as mulheres que fazem efectivamente: quem trata do linho são elas porque é para fazer o lençol, para a camisa de noite, para a intimidade... e o pisar das uvas são os homens que o fazem, portanto, parece que as coisas viradas para o exterior, e que têm uma função mais social, estão nas mãos dos homens... (pessoa de uma autarquia do norte de Portugal).

As mulheres tem mais essa coisa de ligarem ao pormenor, à estética, ao bordado, às coisas orientadas para a gestão da família, dar de comer, tratar das doenças - estas são as suas tarefas (pessoa de uma autarquia do norte de Portugal).

No seu papel mais tradicional, as mulheres são as protagonistas da vida privada e os homens da vida pública. Derivado dessa divisão de responsabilidades, no que respeita à exteriorização das suas vivências, as mulheres têm uma relação mais directa com a natureza:

Eu creio que as mulheres por força da sua condição social, da sua relação com a terra, têm um determinado tipo de conhecimento e os homens, também por força da sua relação com a terra, mas de uma outra forma, têm outro conhecimento; estou convicta que os homens são mais 'virados para fora', porque cuidaram das coisas maiores. E no passado, as mulheres é que faziam as infusões, é que tratavam de ter feijão, laranjas e broa para os filhos comerem (pessoa de uma autarquia do norte de Portugal).

Nos casos em que se refere a degradação ambiental, o risco, a catástrofe natural, ambiental ou tecnológica, as ideias que melhor descrevem as diferenças de género são as que de seguida se apresentam:

Sempre que houve guerras as mulheres estiveram presentes, sempre que há desgraças as mulheres estão presentes. Podem estar mais à frente, mais ao lado ou mais atrás, mas estão lá e, nesse aspecto, as mulheres são cada vez mais protagonistas. (pessoa de uma autarquia do sul de Portugal).

Foi em 1995, há mais de dez anos que aconteceu uma catástrofe natural que afectou em especial uma freguesia rural do concelho, e várias casas foram inundadas, ficaram totalmente destruídas. A Câmara Municipal concedeu ajudas aos

proprietários para poderem reconstruir a casa. E para além de uma senhora ter ficado sem vida, houve também a preocupação, mais das mulheres, que mais recorriam à Câmara para a situação ser resolvida. Eram elas que tinham mais preocupação para recuperar os bens, em voltar a ter a casa funcional e em dar um futuro aos filhos (pessoa de uma autarquia do sul de Portugal).

Estes comentários transmitem três questões fundamentais: em primeiro, a fragilidade da situação das mulheres face aos eventos perigosos, e em segundo lugar, uma ideia de mobilização, de força anímica de reedificação face à destruição. Em terceiro lugar, que as mulheres sentem uma preocupação com a herança ambiental não numa perspectiva abstracta, antes, no horizonte das gerações concretas - dos seus filhos.

Outra mensagem interessante mas que pode ter várias leituras, pois por um lado, refere-se à noção de asseio, associada não apenas à mulher, mas também à sua identidade territorial, e por outro lado, reflecte uma ética ambiental no que respeita também ao espaço público:

Na perspectiva do ambiente, as mulheres alentejanas têm sempre as ruas branquinhas, são elas próprias que efectuem a limpeza; os homens não varrem as ruas, mas elas varrem as ruas exemplarmente... e mesmo nos lixos, elas aqui são exemplares na reciclagem e na poupança, mais sensíveis que os homens nessas questões (pessoa de uma ONG do sul de Portugal).

A propósito, da relação com os recursos naturais, o discurso orienta-se para os conhecimentos específicos derivados dos quotidianos e, muito provavelmente, resultantes das responsabilidades associadas à esfera privada, por outro lado, evidenciam-se sinais da associação relativa à medicina tradicional, como um conhecimento em queda, e em contrapartida, aludindo a mudanças de comportamentos femininos relacionados com novos padrões de consumo e situações diferentes do passado perante o mercado de trabalho:

Elas até sabem mais acerca da qualidade da água: sabem qual é a melhor, porque fazem a comida; sabem quando o sabão 'pega' e 'não pega' na roupa (águas em que o sabão não faz espuma) e em relação aos legumes quando não cozem (...). (pessoa de uma autarquia do sul de Portugal).

Todos os idosos conheciam as ervas aromáticas que temos por cá, principalmente as mulheres, que trabalhavam muito na agricultura; elas apanhavam-nas directamente da terra para levar para casa, e sabiam as plantas que faziam bem para curar infecções (...) até as conheciam com outros nomes! (pessoa de uma ONG do sul de Portugal).

Hoje as mulheres também emigram, muito embora ainda sejam mais os homens a sair e elas a ficar, mas há muitas mulheres que vão temporariamente para fora (dois a três meses) apanhar o morango, o pêro, o tomate e depois voltam. (pessoa de uma ONG do sul de Portugal).

Interessante é também verificar que apesar das mudanças referidas, a divisão do trabalho se mantém num quadro tradicional, pois certas tarefas agrícolas e as da construção civil continuam tipicamente associadas ao trabalho feminino e ao masculino, respectivamente. Já no que respeita aos salários, não há grandes comentários a acrescentar, pois se mantém a tradicional disparidade de remunerações auferidas no trabalho feminino fora de casa:

No município existem muitas mulheres empregadas na agricultura, cerca de 95% das pessoas que trabalham nesta actividade são mulheres. O emprego nas empresas da fruticultura é sem dúvida dominado pelas mulheres, nomeadamente imigrantes; os homens do município trabalham mais na construção civil (pessoa de uma autarquia do litoral de Portugal).

Aqui são as mulheres que andam mais na agricultura: na vindima, na apanha do tomate, de legumes, da azeitona. Para cada três mulheres nestas actividades há um homem... De facto, a mão-de-obra feminina é mais barata, porque a igualdade no trabalho é uma coisa que se diz na Constituição da República, mas na prática aqui as mulheres fazem o mesmo serviço e ganham menos na agricultura. (pessoa de uma ONG do sul de Portugal).

Como se pode observar pela selecção de comentários extraídos das entrevistas realizadas no âmbito desse estudo empírico, as 'imagens' das relações de género – ambiente ou do papel das mulheres e dos homens na sustentabilidade ambiental, em Portugal, resultam de argumentações experienciais resultantes da actividade dos inquiridos que lhes confere um conhecimento representativo das realidades locais, que diferenciam e articulam as vivências do ambiente, no 'feminino' e no 'masculino'. Na opinião dos inquiridos as mulheres desempenham papéis essenciais ao desenvolvimento de modelos de consumo e de produção sustentáveis e possuem formas específicas de encarar a gestão dos recursos naturais, diferentes das dos homens.

Apesar de constituir uma primeira aproximação ao tema, essa abordagem exhibe credibilidade prática e fornece informações suficientes a não menosprezar. O ponto essencial aqui é que esta pesquisa resulta em admitir-se a existência de laços entre o género e o ambiente, resta aprofundar e explicitar fundamentos teóricos e desenvolver pesquisas e metodologias que contribuam para a interpretação das diferenças subjacentes entre mulheres e homens nos seus quadros de vida. Essa abordagem, simples e qualitativa permite, pelo menos, colocar a hipótese de que os estudos de género podem contribuir para a interpretação da racionalidade implícita nas atitudes face aos domínios ambientais.

Conclusões

Apresentaram-se, no geral, argumentos para equacionar as mulheres (como prestadoras de cuidados à família, educadoras, consumidoras e produtoras) desempenhando um importante papel na promoção do desenvolvimento sustentável, até porque se preocupam com a preservação da

natureza e a qualidade de vida das gerações actuais e futuras. Relataram-se casos em que as mulheres tomam a iniciativa, principalmente na esfera da gestão doméstica, na promoção de uma ética ambiental, ao diminuir a utilização de recursos e reciclando-os, podendo influenciar de forma considerável as decisões em matéria de consumo sustentável.

Expuseram-se casos que justificam que, de uma forma reconhecidamente diversa dos homens, as mulheres estão conscientes das relações ecológicas e da gestão dos ecossistemas frágeis até porque desempenham um papel crucial no abastecimento alimentar e na saúde familiar, na melhoria das actividades dos sectores informais e de subsistência. Nesse particular contexto, reconhece-se a situação especial das mulheres que vivem nas áreas rurais e que trabalham no sector agrícola e silvícola, em fileiras muito específicas e diferentes dos homens, cujo acesso, aos recursos naturais e produtivos, ao crédito, à formação, às estruturas cooperativas e à terra, as pode ajudar a aumentar a sua participação na preservação dos ecossistemas naturais e no desenvolvimento sustentável.

No estudo específico, efectuado para o caso português, detectou-se que o contributo das mulheres para a gestão do ambiente, inclusive através da mobilização das comunidades e da acção em ONG, tem-se verificado muitas vezes a nível local, onde seapura ser mais necessária e decisiva a acção descentralizada sobre as questões ambientais.

Muito embora Portugal seja um país coeso culturalmente, não se pode afirmar, apenas com recurso a esta experiência, que as mulheres constituam um grupo homogêneo, pois na realidade vivem em contextos geográficos, históricos, culturais e económicos diferenciados e as dificuldades e oportunidades que se lhes apresentam são igualmente distintas.

Não se defende um determinismo resultante da relação género e ambiente, antes se apresenta uma leitura crítica e mais próxima da abordagem estruturalista do ecofeminismo. Tendo consciência das construções simbólicas, em torno do género que marcam a apreensão do relacionamento com o ambiente, o tema não se esgota neste artigo. Existem muitos outros factores e elementos não estudados e que requerem particular atenção.

Neste texto, argumenta-se justificadamente a inexistência de um debate alargado em Portugal sobre as relações de género com o ambiente e apresentam-se pistas suficientes para que possam surgir no futuro trabalhos de investigação, por exemplo, sobre se a desigualdade da relação de género com o ambiente é de facto um fenómeno estrutural da sociedade portuguesa.

O objectivo foi precisamente o de estimular a discussão, ou antes, encetar o debate científico e colocar na agenda de investigação o tema para que, na sua sequência, possam ser desenhados programas e estratégias que incorporem as diferentes racionalidades e simbolismos relativos ao género no que respeita ao seu relacionamento com a natureza, o ambiente e o desenvolvimento sustentável. Que os estudos de género, neste domínio, possam informar políticas e trazer melhor ambiente e qualidade de vida, alguns dos 'ingredientes' necessários ao desenvolvimento sustentável.

Notas

- 1 Para saber mais: UNEP, 2006.
- 2 O ecofeminismo originou-se a partir de diversos movimentos sociais (de mulheres, pacifista e ambiental) no final da década de 1970. Simboliza a síntese do ambientalismo (ou mesmo da ecologia) e feminismo e foi um termo originalmente usado pela escritora e feminista francesa Françoise d'Eaubonne em 1974 e, mais tarde foi aplicado à raiz do Movimento Chipko na Índia, difundido por Vandana Shiva, no Green Belt Movement no Kenia, protagonizado por Wangari Maathai e pelo Women's Pentagon Action nos EUA (AGÜERA-CABO, 2008).
- 3 A desertificação entendida como o processo de alteração de terra arável em solo improdutivo ou deserto.
- 4 Naturalmente que os referidos sinais decorrem de compromissos assumidos quer a nível internacional, designadamente no Roteiro para a Igualdade entre Homens e Mulheres (2006-2010) da Comissão Europeia, entre outros, e a nível nacional, designadamente no Programa do XVII Governo Constitucional e nas Grandes Opções do Plano (2005 - 2009).
- 5 A feminilidade (ou a masculinidade) representa um conjunto de símbolos, normas, papéis, atitudes e aptidões construídas social e culturalmente e um "poder" na esfera privada e pública. Esta dimensão normativa e simbólica é assumida ou contestada por cada mulher e a sua vivência comporta uma experiência única e diferente daquela das pessoas nascidas do sexo masculino. (AGÜERA-CABO, 2008).

Agradecimentos:

A autora agradece à Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) o apoio da realização da pesquisa.

Referências

AGARWAL, Bina. The gender and environment debate: lessons from India. **Feminist Studies**, vol. 18, nº 1, p. 133 - 172, 1992.

AGÜERA-CABO, Mercè. Gender, Values and Power in Local Environmental Conflicts: the Case of Grassroots Organisations in North Catalonia. **Environmental Values**, vol. 15, p. 479 - 504, 2006.

_____. L'activisme femení en conflictes ambientals. Reflexions en clau feminista i apunts per la gestió del medi. **Docs. Anàl. Geogr.**, vol. 51, p. 13-37, 2008.

AGUILAR, Lorena. **Gender Makes the Difference: Biodiversity**. IUCN - The World Conservation Union. 2006. <www.iucn.org>. Data do acesso: 11 de janeiro de 2010.

ANGELIN, Rosângela. **Gênero e meio ambiente: a atualidade do ecofeminismo**, s.d. <www.icieg.cv/download.php?&cid=154>. Data do acesso: 11 de janeiro de 2010.

BARBOSA, Madalena (et al.). Estratégias internacionais para a igualdade de género: a plataforma de acção de Pequim (1995-2005). Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 2005.

BECK, Ulrich. **Risk Society: Towards a new modernity**. London: Sage, 1992.

_____. **World Risk Society**. Cambridge: Polity, 2000.

CEG/FLUL. **Estudo de Diagnóstico e Criação de Indicadores de Género na Área do Ambiente e Território**. Lisboa: CIG, 2008 (no prelo: CIG, Coleção Estudos de Género, 2009).

DANKELMAN, Irene. **Gender, environment and sustaina-**

ble development: understanding the linkages. s.d. <www.kit.nl/net/KIT_Publicaties_output/showfile.aspx?e=1321>. Data do acesso: 11 de janeiro de 2010.

GUPTA, Kiran Soni. **Gender and International Environmental Negotiations – How Far and How Much More?** s.d. <www.oas.org/dsd/Tool-kit/Documents/ModuleV/Gupta%20Reading.pdf>. Data do acesso: 11 de janeiro de 2010.

LEACH, Melissa. Gender and the Environment: traps and opportunities. **Development in Practice**, vol. 2, nº 1, p. 12-22, 1992.

NIGHTINGALE, Andrea. The nature of gender: work, gender, and environment. **Environment and Planning D: Society and Space**, vol. 24, p. 165 - 185, 2006.

PRB. **Women, Men and Environmental Change: the Gender Dimensions of Environmental Policies and Programs**. Measure Communication, Washington DC, USA: Population Reference Bureau (PRB), 2001. <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/apcity/unpan016535.pdf>. Data do acesso: 11 de janeiro de 2010.

PULEO, Alicia. Luces y Sombras de la Teoría y de la Praxis Ecofeministas. In: CAVANA, María Luisa; PULEO, Alicia; SEGURA, Cristina (Coords.). **Mujeres y Ecología. Historia, pensamiento, sociedad**. Madrid: Al. Almundania, 2004. p. 21-34.

RICO, Maria Nieves. Gender, the Environment and the sustainability of development. **Serie Mujer y Desarrollo**. Santiago, Chile: United Nations, 1998. <www.eclac.cl/publicaciones/unidadmujer/4/lcl1144/lcl1144i.pdf>. Data do acesso: 11 de janeiro de 2010.

ROCHELEAU, Dianne; THOMAS-SLAYTER, Barbara WANGARI, Esther. **Feminist Political Ecology**. London: Routledge, 1996.

RODRIGUES, Eliana; CARLINI, Elisaldo Luiz de Araújo. Levantamento etnofarmacológico realizado entre um grupo de quilombolas do Brasil. **Arquivos Brasileiros de Fitomedicina Científica**, vol.1, n.2, p. 80-87, 2003. <www.cee.unifesp.br/negros_abfc.pdf>. Data do acesso: 11 de janeiro de 2010.

SAHAI, Suman. TRIPS and Bioiversity: a gender perspective". **Gender and Development**. Vol. 12, nº 2, p. 58 - 65, 2004.

SASS Justine. Women, men, and environmental change: the gender dimensions of environmental policies and programs. **MEASURE Communication**. Washington D.C. Population Reference Bureau [PRB], 2002 <http://www.popline.org/docs/1546/170249.html>. Data do acesso: 11 de janeiro de 2010.

SAWYER, Donald. Gênero e meio ambiente. **Relatório da I Oficina Género e Meio Ambiente**. UNIFEM (United Nations Development Fund for Women), Brasília: Department for International Development, 2003.

SENILOLI, Mereseini (et al.). Gender Issues in environmental sustainability and poverty reduction in community: social and community issues. **Development Bulletin**, nº 58, p. 96 - 98, 2002.

UNEP, **Gender and Environment: Short History and State-of-the-Art**. United Nations Environment Program-

me, 2006. <www.unep.ch/roe/gender/refdocs/UNEP%20Issue%20Paper.pdf>. Data do acesso: 11 de janeiro de 2010.
WESTERMANN, Olaf; ASHBY, Jacqueline; PRETTY, Jules. Gender and Social Capital: the importance of gender differences for the maturity and Effectiveness of Natural Resource Management Groups. **World Development**, vol. 33, nº 11, p. 1783-1799, 2005.

Recebido em 31 de julho de 2009.
Aceito em 20 de novembro de 2009.